

# Escola pública não garante currículo mínimo

Luiz Alvarenga

■ Sem professores, alunos das redes municipal e estadual acabam sendo discriminados

PAULA AUTRAN

Os históricos dos estudantes Cláudio Márcio Gomes, Luciano Constantino Vieira, Ana Paula da Cruz e Valéria Maia Diogo, ex-alunos do primeiro ano do segundo grau da Escola Estadual Pedro Álvares Cabral, em São João de Meriti, não os deixam mentir. Nem ter acesso ao segundo ano do segundo grau na escola particular que escolheram para escapar da falta de professores da rede pública. Apesar de seus boletins escolares do ano passado os considerarem aptos para seguir em frente na vida acadêmica, os estudantes ainda não puderam conhecer o sentido da frase "Educar é preparar o indivíduo para atuar na sociedade", impressa nos documentos. Tendo tido apenas quatro das 11 disciplinas curriculares, eles deverão ter a matrícula deste ano indeferida na nova escola, porque não tiveram a carga horária mínima exigida para passar de ano.

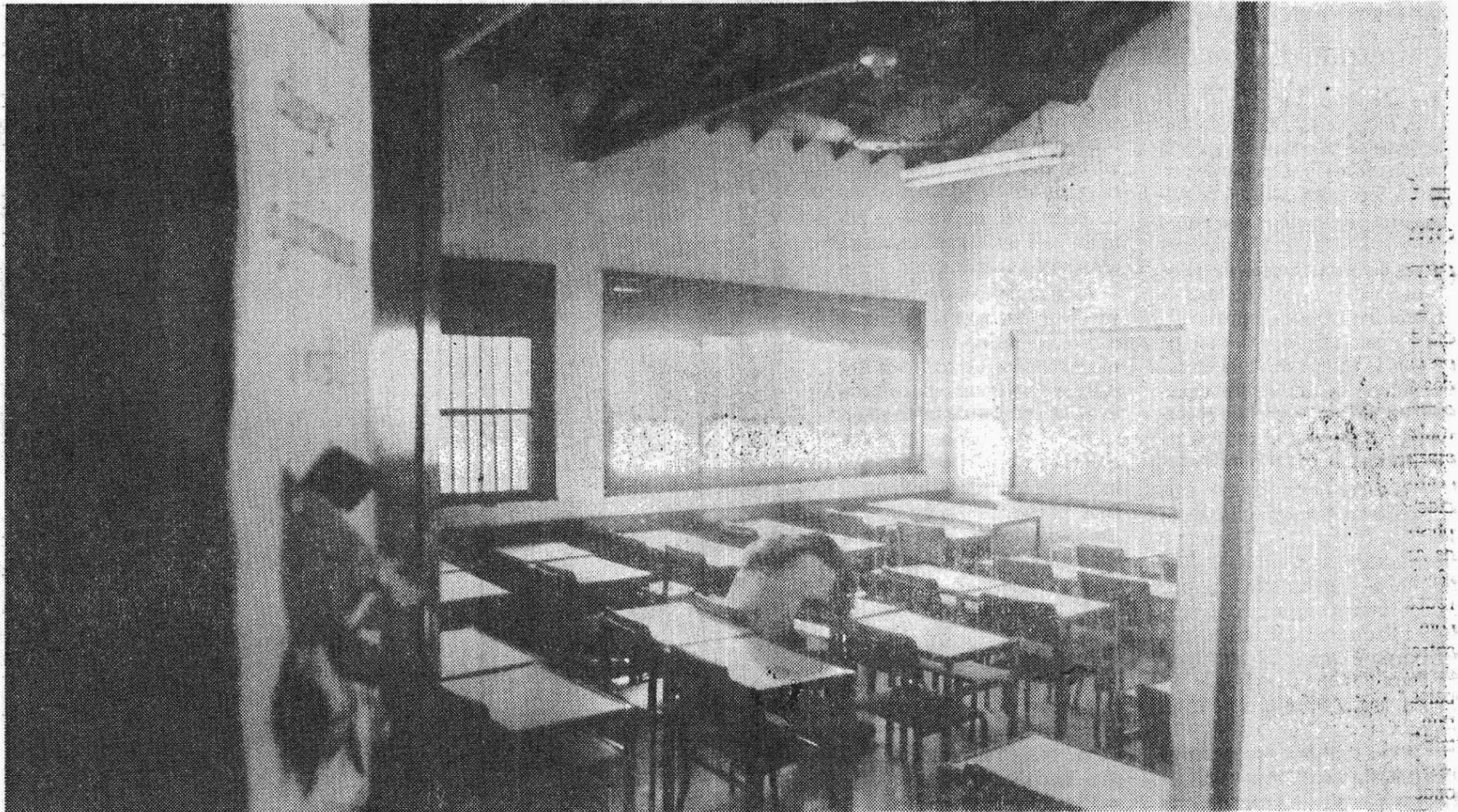
"Legalmente, não posso receber alunos com apenas 288 horas de aula em um ano letivo que deveria ter pelo menos 800 horas/aula. Mesmo se eles fizerem as quatro adaptações e duas dependências que a lei permite, não será o suficiente para suprir a falta de sete matérias", explica o dono do colégio Sociedade Brasileira de Educação e Cultura (Sobec), professor White Abraão. É da rede pública que vêm a maior parte dos 600 alunos transferidos para o colégio, localizado em Vilar dos Teles. "Geralmente, eles chegam com todas as notas, apesar de não terem cursado algumas matérias", afirma White Abraão, que comunicou o fato ao Conselho Estadual de Educação.

"As coisas chegaram a um ponto em que o próprio governo induz a colocação de conceitos mesmo nas matérias em que faltaram professores. Quando uma escola faz as coisas corretamente, deixando estes espaços do histórico em branco ou colocando as iniciais SP (sem professor), o aluno acaba duplamente prejudicado: além das conseqüências pedagógicas, ele não consegue entrar em outra escola e tem dificuldade para arranjar emprego", afirma a coordenadora do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe), Daise Calazans.

Ela conta que em 1983, quando era supervisora pedagógica da Escola Municipal Cecília Meireles, em Vila Cosmos, recusou-se a seguir a orientação do antigo Departamento de Educação e Cultura e dar conceito C em Inglês a toda uma turma que nunca havia tido aula do idioma. "Mas eles mandaram um representante que fez a turma copiar meia dúzia de palavras numa folha de papel e deu a nota", diz. Deise acredita que, motivados pela proximidade com os alunos, muitos professores dêem notas em matérias não cursadas para que os alunos tenham ao menos uma chance de conseguir emprego. "Tanto no estado quanto no município, faltam professores. Como pedagoga, acho que as escolas deveriam preencher esses espaços com SP para mostrar à sociedade o que está acontecendo", opina.

E o que está acontecendo em São João de Meriti é que — se não puderem fazer mais adaptações ou dependências — Cláudio, Luciano, Ana Paula e Valéria vão perder o ano. "Neste caso, desisto e paro de estudar, porque já não dá mais tempo nem de procurar outra escola", avisa Valéria.

A diretora da Pedro Álvares Cabral, Ivonete Paixão, diz que a Sobec é a única escola a recusar seus ex-alunos. "O interesse do professor Abraão é que esses alunos repitam de ano para conseguir bolsas do governo. Por isto, desmoraliza a escola pública", acusa.



A Pedro Álvares Cabral, como a maioria das escolas estaduais, não tem professores de Química e Física e o reforço prometido não resolve o problema